

PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM/MS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercício Financeiro de 2025

Elaboradas em conformidade com a Resolução TCE/MS nº 273/2025, NBCASP, MCASP 11ª ed., Lei nº 4.320/1964 e LC nº 101/2000

SEÇÃO 1 — INFORMAÇÕES GERAIS

A Prefeitura Municipal de Coxim, inscrita no CNPJ sob o nº 03.510.211/0001-62, é pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Pessoa, nº 325 – Centro, na cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul. As atividades operacionais do exercício financeiro de 2025 foram amparadas pela Lei Orçamentária Anual nº 2.010, de 20 de dezembro de 2024, sancionada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal Edilson Magro, que estimou a receita e fixou a despesa do Município em R\$ 220.276.856,70 (consolidado), sendo R\$ 124.948.222,14 referente ao Orçamento Fiscal e R\$ 95.328.634,57 ao Orçamento da Seguridade Social.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Resolução TCE/MS nº 273/2025, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP — NBC TSP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) — 11ª edição, a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e a Portaria STN nº 548/2010 e suas atualizações subsequentes.

Os critérios contábeis adotados observam o regime de competência para as variações patrimoniais e o regime de caixa para a execução orçamentária. Os bens do ativo imobilizado são reconhecidos pelo custo de aquisição ou produção e depreciados pelo método linear, conforme taxas estabelecidas no MCASP. As presentes Notas Explicativas foram elaboradas com o propósito de complementar as informações contidas nos demonstrativos contábeis, transcrevendo com fidedignidade os resultados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício de 2025.

SEÇÃO 2 — BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (ANEXO 12)

2.1 — Conceituação Técnica

O Balanço Orçamentário, exigido pelo art. 102 da Lei nº 4.320/1964 e disciplinado no MCASP (11ª ed.), demonstra as receitas e as despesas orçamentárias previstas e executadas no exercício. No tocante às receitas, a classificação observa a categoria econômica (correntes e de capital) e a origem (tributárias, de contribuições, patrimoniais, de serviços, transferências correntes e outras). As despesas são classificadas por categoria econômica (correntes e de capital) e por Grupo de Natureza da Despesa (GND), evidenciando os estágios de execução: dotação inicial, dotação atualizada (após os créditos adicionais), empenho, liquidação e pagamento.

2.2 — Informações Estruturais dos Campos

Os campos obrigatórios do Balanço Orçamentário, conforme MCASP, são:

Nº	Campo	Conceito
1	Previsão Inicial	Valor da receita constante da LOA aprovada pela Câmara Municipal antes de qualquer alteração.
2	Previsão Atualizada	Previsão inicial acrescida dos saldos de exercícios anteriores e eventuais créditos adicionais de receita.
3	Receitas Realizadas	Montante efetivamente arrecadado no exercício, registrado em consonância com o regime de caixa.

4	Dotação Inicial	Valor da despesa fixada na LOA para cada unidade orçamentária e ação.
5	Dotação Atualizada	Dotação inicial acrescida dos créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários) abertos durante o exercício.
6	Despesas Empenhadas	Valor das despesas com empenho emitido, representando compromisso formal de pagamento futuro.
7	Despesas Liquidadas	Valor das despesas com entrega do bem ou serviço verificada e reconhecida contabilmente.
8	Despesas Pagas	Valor efetivamente desembolsado no exercício em quitação das obrigações liquidadas.

2.3 — Receita Orçamentária

A classificação das receitas observou a estrutura prevista no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (11ª edição, STN/MF), bem como as disposições da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, com segregação por categoria econômica e respectivas origens.

No exercício financeiro de 2025, a previsão inicial da receita orçamentária foi fixada no montante de R\$ 118.630.630,70, sendo R\$ 118.608.580,70 correspondentes às receitas correntes e R\$ 22.050,00 às receitas de capital. Durante o exercício, a previsão atualizada permaneceu inalterada, totalizando igualmente R\$ 118.630.630,70.

Ao final do exercício, a receita efetivamente arrecadada alcançou o montante de R\$ 155.878.652,21, o que corresponde a 131,39% da previsão atualizada, evidenciando excesso de arrecadação no valor de R\$ 37.248.021,51.

Assim, o comportamento da receita no exercício demonstra desempenho arrecadatário superior ao inicialmente estimado, especialmente em razão do incremento verificado nas transferências correntes, na receita tributária e na receita patrimonial, fatores que contribuíram de forma decisiva para a superação da previsão orçamentária originalmente fixada.

RECEITAS — RESUMO POR CATEGORIA ECONÔMICA			
Categoria Econômica	Previsão Inicial (R\$)	Receita Realizada (R\$)	% Execução
Receitas Correntes	118.608.580,70	154.816.193,14	130,52%
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	34.890.345,00	40.742.633,95	116,77%
Receita de Contribuições (COSIP)	5.000.000,00	5.934.277,92	118,69%
Receita Patrimonial	25.526,00	2.111.213,98	8.270,80%
Receita de Serviços	84.000,00	2.196,23	2,61%
Transferências Correntes	78.608.709,70	105.576.252,86	134,31%
Outras Receitas Correntes	0,00	449.618,20	—
Receitas de Capital	22.050,00	1.062.459,07	4.818,00%
Transferências de Capital	19.950,00	1.062.459,07	5.325,96%
TOTAL GERAL	118.630.630,70	155.878.652,21	131,39%

2.4 — Despesas Orçamentárias

A execução da despesa orçamentária no exercício financeiro de 2025 observou os créditos autorizados na Lei Orçamentária Anual e as alterações promovidas ao longo do exercício por meio da abertura de créditos adicionais, em conformidade com a legislação orçamentária e financeira vigente.

A dotação inicial da despesa foi fixada em R\$ 76.412.902,58, tendo sido posteriormente elevada para R\$ 109.912.787,14, em razão da abertura de créditos adicionais, o que evidencia expansão da capacidade autorizativa de gasto no montante de R\$ 33.499.884,56. Do total da dotação atualizada, foram empenhados R\$ 103.934.453,60, correspondentes a 94,56% do total autorizado; liquidados R\$ 101.980.623,26, equivalentes a 92,78%; e pagos R\$ 96.506.977,34, representando 87,80% da dotação atualizada.

DESPESAS — RESUMO POR CATEGORIA ECONÔMICA					
Categoria	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Paga (R\$)
Despesas Correntes	63.936.558,32	88.659.902,51	83.971.435,97	83.937.684,70	79.172.929,60
Pessoal e Enc. Sociais	24.645.150,95	46.577.521,35	46.513.722,45	46.513.722,45	44.657.354,95
Outras Desp. Correntes	39.291.407,37	42.082.381,16	37.457.713,52	37.423.962,25	34.515.574,65
Despesas de Capital	10.654.081,01	21.252.884,63	19.963.017,63	18.042.938,56	17.334.047,74
Investimentos	6.084.081,01	11.192.960,91	9.903.181,15	7.983.102,08	7.274.211,26
Amortização da Dívida	4.570.000,00	10.059.923,72	10.059.836,48	10.059.836,48	10.059.836,48
Reserva de Contingência	1.822.263,25	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	76.412.902,58	109.912.787,14	103.934.453,60	101.980.623,26	96.506.977,34

2.5 — Equilíbrio Orçamentário

EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO	
Componente	Valor (R\$)
Receita Prevista Total (Previsão Atualizada)	118.630.630,70
Despesa Fixada Total (Dotação Atualizada)	109.912.787,14
Receita Realizada Total	155.878.652,21
Despesa Empenhada Total	103.934.453,60
Superávit Orçamentário (Receita Realizada — Despesa Empenhada)	51.944.198,61

A receita orçamentária prevista superou a dotação fixada, demonstrando que o município estimou as receitas com conservadorismo. O superávit orçamentário de R\$ 51.944.198,61 foi apurado em função do excesso de arrecadação de R\$ 37.248.021,51 relativamente à previsão atualizada, combinado com a não utilização integral das dotações disponíveis, evidenciando gestão fiscal responsável em conformidade com os princípios da LRF.

2.6 — Restos a Pagar (Anexo 12.1 - Demonstrativo de Execução dos Restos)

Ao final do exercício financeiro de 2025, o demonstrativo de execução dos restos a pagar evidencia que não remanesceram saldos de restos a pagar não processados, tendo em vista que os valores dessa natureza foram integralmente liquidados, pagos ou cancelados no decorrer do exercício. O quadro respectivo demonstra saldo final igual a R\$ 0,00 nessa classificação.

No tocante aos restos a pagar processados, o saldo final a pagar apurado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 124.083,48, correspondente a obrigações oriundas de exercícios anteriores que permaneceram pendentes de quitação ao encerramento do

exercício. Desse montante, R\$ 69.430,14 referem-se a despesas correntes e R\$ 54.653,34 a despesas de capital. No curso de 2025, houve pagamento de R\$ 63.514,46 e cancelamento de R\$ 118.177,90, evidenciando a continuidade da depuração dos passivos financeiros remanescentes de exercícios anteriores.

Dessa forma, o encerramento do exercício revela que o passivo inscrito em restos a pagar ficou restrito exclusivamente à modalidade processada, inexistindo saldo pendente na modalidade não processada.

RESTOS A PAGAR — EXERCÍCIO DE 2025	
Modalidade	Valor (R\$)
RP Não Processados — Saldo a pagar	0,0
RP Processados — Saldo a pagar	124.083,48
TOTAL INSCRITO	124.083,48

SEÇÃO 3 — BALANÇO FINANCEIRO (ANEXO 13)

3.1 — Conceituação Técnica

O Balanço Financeiro, previsto no art. 103 da Lei nº 4.320/1964 e detalhado no MCASP (11ª ed.), evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o seguinte. O demonstrativo é estruturado em quatro elementos: (i) receita orçamentária realizada e despesa orçamentária executada, segregadas por fonte/destinação de recursos; (ii) recebimentos e pagamentos extraorçamentários; (iii) transferências financeiras recebidas e concedidas; e (iv) saldo de caixa do exercício anterior e para o exercício seguinte.

3.2 — Ingressos Financeiros

Os ingressos financeiros totalizaram R\$ 188.686.045,69 no exercício de 2025, compostos pelos seguintes elementos:

INGRESSOS FINANCEIROS — EXERCÍCIO DE 2025	
Especificação	Valor (R\$)
RECEITA ORÇAMENTÁRIA TOTAL	155.878.652,21
Recursos Não Vinculados de Impostos	134.039.718,19
Outros Recursos Não Vinculados	2.089.653,47
Transf. Salário-Educação	2.237.166,47
Transf. FNDE/PNAE	599.144,56
Transf. FNDE/PNATE	84.635,58
Outras Transf. Convênios União	1.910.302,41
Outras Transf. Convênios Estados	4.235.273,97
COSIP — Contribuição Iluminação Pública	4.905.720,42
Demais fontes vinculadas	5.771.036,73
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	221.537,77
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	24.942.550,70
Inscrição de Restos a Pagar (Não Processados)	1.953.830,34

Inscrição de Restos a Pagar (Processados)	5.473.645,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	15.153.227,92
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.361.846,52
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR — Caixa e Bancos (31/12/2024)	7.643.305,01
TOTAL DOS INGRESSOS	188.686.045,69

3.3 — Dispêndios Financeiros

Os dispêndios financeiros totalizaram R\$ 188.686.045,69 no exercício de 2025, compostos pelos seguintes elementos:

DISPÊNDIOS FINANCEIROS — EXERCÍCIO DE 2025	
Especificação	Valor (R\$)
DESPESA ORÇAMENTÁRIA TOTAL (EMPENHOS PAGOS + RP PAGOS)	103.934.453,60
Recursos Não Vinculados de Impostos	82.518.765,30
Outros Recursos Não Vinculados	2.716.679,38
Transf. Salário-Educação	2.208.550,25
COSIP — Contribuição Iluminação Pública	3.048.400,87
Outras Transf. Convênios União e Estados	6.679.415,73
Demais fontes	4.762.641,07
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	56.900.533,82
Repasse Concedido	45.804.178,36
Repasse Duodécimo Câmara Municipal	10.216.038,49
Outros Aportes para o RPPS	391.037,91
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	17.613.762,22
Pagamento de Restos a Pagar	281.130,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	15.402.575,58
Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.930.055,88
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE — Caixa e Bancos (31/12/2025)	10.237.296,05
TOTAL DOS DISPÊNDIOS	188.686.045,69

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa em 31/12/2025 é de R\$ 10.237.296,05, mantido integralmente em conta bancária de movimento (Bancos Conta Movimento — Demais Contas), valor este que se confirma no Balanço Patrimonial (Ativo Circulante — Caixa e Equivalentes de Caixa) e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, demonstrando a consistência das demonstrações contábeis.

SEÇÃO 4 — BALANÇO PATRIMONIAL (ANEXO 14)

4.1 — Conceituação e Base Legal

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil que evidencia a situação estática do patrimônio público, evidenciando, em determinada data, os bens, os direitos e as obrigações do ente público. Na forma exigida pela Lei nº 4.320/1964, o Balanço Patrimonial é segregado em Ativo e Passivo Financeiro (realizáveis e exigíveis imediatamente) e Ativo

e Passivo Permanente (realizáveis e exigíveis a longo prazo). O MCASP (11ª ed.) introduz ainda o Quadro Principal (estrutura contábil patrimonial completa), o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, o Quadro de Compensação (Controles) e o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

4.2 — Ativo Circulante

O Ativo Circulante compreende as disponibilidades e os direitos realizáveis no curto prazo, ou seja, aqueles passíveis de conversão em numerário ou realização até os doze meses subsequentes à data das demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2025, esse grupo totalizou R\$ 11.407.076,85, conforme composição a seguir:

ATIVO CIRCULANTE — 31/12/2025	
Grupo / Conta	Valor (R\$)
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.237.296,05
Bancos Conta Movimento — Demais Contas	10.237.296,05
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.169.780,80
Adiantamentos Concedidos (Suprimento de Fundos)	267.468,17
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	902.312,63
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	11.407.076,85

O grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no montante de R\$ 10.237.296,05, representa a disponibilidade financeira imediata mantida em instituições bancárias, registrada em contas de movimento, em consonância com os saldos evidenciados no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, no valor de R\$ 1.169.780,80, são compostos por Adiantamentos Concedidos (Suprimento de Fundos), no montante de R\$ 267.468,17, e por Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo, no valor de R\$ 902.312,63, representando direitos e valores pendentes de regularização, compensação ou realização no curto prazo.

Dessa forma, observa-se que o Ativo Circulante do exercício encontra-se substancialmente concentrado em disponibilidades financeiras imediatas, o que evidencia predominância de recursos com elevada liquidez na estrutura patrimonial de curto prazo do ente.

4.3 — Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante compreende os ativos realizáveis após doze meses e os bens destinados à manutenção das atividades. Em 31/12/2025 totalizou R\$ 132.347.288,46, distribuído nos subgrupos:

ATIVO NÃO CIRCULANTE — 31/12/2025	
Grupo / Conta	Valor (R\$)
Realizável a Longo Prazo — Créditos a Longo Prazo	77.197.370,68
Dívida Ativa Tributária	76.404.656,59
Dívida Ativa Não Tributária	792.714,09
Imobilizado (líquido)	55.149.917,78
Bens Móveis	31.006.771,37
Bens Imóveis	39.336.446,78

(-) Depreciação Acumulada — Bens Móveis	(15.193.300,37)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	132.347.288,46

O subgrupo Realizável a Longo Prazo, no montante de R\$ 77.197.370,68, é composto integralmente por Créditos a Longo Prazo, com predominância da Dívida Ativa Tributária, no valor de R\$ 76.404.656,59, e da Dívida Ativa Não Tributária, no importe de R\$ 792.714,09. Tais valores representam direitos creditórios do ente público cuja realização está projetada para período superior a doze meses, observada a respectiva natureza jurídica e contábil.

O Imobilizado, apresentado pelo valor líquido de R\$ 55.149.917,78, corresponde aos bens corpóreos utilizados na execução das atividades administrativas e na prestação dos serviços públicos. Sua composição é formada por Bens Móveis, no valor de R\$ 31.006.771,37, e Bens Imóveis, no montante de R\$ 39.336.446,78, deduzidos da Depreciação Acumulada dos Bens Móveis, no valor de R\$ 15.193.300,37.

Verifica-se, assim, que o Ativo Não Circulante encontra-se concentrado, principalmente, em créditos inscritos em dívida ativa e no patrimônio imobilizado do ente, refletindo, de um lado, direitos de recebimento de longo prazo e, de outro, a estrutura permanente de bens necessários à continuidade das atividades públicas.

4.4 — Passivo Circulante

O Passivo Circulante compreende as obrigações exigíveis no curto prazo, ou seja, aquelas cujo vencimento ocorre até os doze meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2025, esse grupo patrimonial totalizou R\$ 5.972.078,24, conforme a composição a seguir:

PASSIVO CIRCULANTE — 31/12/2025	
Grupo / Conta	Valor (R\$)
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a CP	2.421.248,79
Pessoal a Pagar (Sentenças Judiciais)	2.012,50
Benefícios Previdenciários a Pagar (RPPS)	564.881,29
Encargos Sociais a Pagar	1.854.355,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.114.439,82
Fornecedores Nacionais	3.073.847,95
Precatórios de Fornecedores — Regime Ordinário	40.591,87
Demais Obrigações a Curto Prazo	436.389,63
Valores Restituíveis (Consignações e Depósitos)	374.348,84
Outras Obrigações a Curto Prazo	62.040,79
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	5.972.078,24

4.5 — Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante compreende as obrigações exigíveis após o término do exercício seguinte, refletindo compromissos de longo prazo assumidos pelo ente público. Em 31 de dezembro de 2025, esse grupo patrimonial totalizou R\$ 351.048.131,37, conforme a composição abaixo:

PASSIVO NÃO CIRCULANTE — 31/12/2025	
Grupo / Conta	Valor (R\$)
Obrigações Trabalhistas/Previdenciárias a Longo Prazo	45.508.991,72
Contribuições Previdenciárias — Débito Parcelado (RPPS)	43.621.084,65
Contribuição ao RGPS — Débito Parcelado	612.280,38
Outros Encargos Sociais	1.275.626,69
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	14.931.169,02
Empréstimos Internos — Em Contratos	14.931.169,02
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	4.833.517,40
Precatórios de Contas a Pagar — Regime Ordinário	4.833.517,40
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	551.494,18
Outros Tributos e Contribuições Federais a Recolher	551.494,18
Provisões a Longo Prazo (Déficit Atuarial — RPPS)	285.222.959,05
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	351.048.131,37

No grupo das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias a Longo Prazo, cujo saldo alcançou R\$ 45.508.991,72, destacam-se as Contribuições Previdenciárias — Débito Parcelado junto ao RPPS, no montante de R\$ 43.621.084,65, além da Contribuição ao RGPS — Débito Parcelado, no valor de R\$ 612.280,38, e de Outros Encargos Sociais, no importe de R\$ 1.275.626,69. Tais valores representam compromissos parcelados ou exigibilidades futuras relacionadas a obrigações previdenciárias e sociais.

O subgrupo Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo apresentou saldo de R\$ 14.931.169,02, integralmente classificado como Empréstimos Internos — Em Contratos, evidenciando obrigações financeiras de longo prazo decorrentes de operações contratadas pelo ente.

Em relação a Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo, o saldo de R\$ 4.833.517,40 refere-se a Precatórios de Contas a Pagar — Regime Ordinário, representando obrigações formalmente reconhecidas cuja exigibilidade ultrapassa o exercício subsequente.

As Obrigações Fiscais a Longo Prazo totalizaram R\$ 551.494,18, compostas por Outros Tributos e Contribuições Federais a Recolher, demonstrando a existência de compromissos tributários com vencimento em prazo superior a doze meses.

Merece especial destaque o grupo Provisões a Longo Prazo, no valor de R\$ 285.222.959,05, correspondente ao Déficit Atuarial do RPPS, que representa a obrigação atuarial estimada do regime próprio de previdência social, apurada com base em avaliação específica e reconhecida contabilmente como passivo de longo prazo, em conformidade com as normas aplicáveis à contabilidade pública.

Desse modo, observa-se que o Passivo Não Circulante do ente encontra-se fortemente concentrado nas provisões atuariais do RPPS, bem como em obrigações previdenciárias parceladas, revelando a predominância de compromissos estruturais de longo prazo com impacto relevante sobre a situação patrimonial.

4.6 — Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido representa a diferença entre o Ativo e o Passivo do ente público, evidenciando o resultado patrimonial acumulado ao longo do tempo. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo apurado foi negativo em R\$ 213.265.844,30, revelando situação patrimonial deficitária, conforme demonstrado a seguir:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO — 31/12/2025	
Componente	Valor (R\$)
Resultados Acumulados	(213.265.844,30)
Superávit/Déficit do Exercício de 2025	(58.642.088,99)
Superávit/Déficit de Exercícios Anteriores	(154.623.755,31)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(213.265.844,30)

O saldo do Patrimônio Líquido é composto integralmente pela conta de Resultados Acumulados, a qual reflete a soma do déficit patrimonial apurado no exercício de 2025, no montante de R\$ 58.642.088,99, com o déficit acumulado de exercícios anteriores, no valor de R\$ 154.623.755,31.

A apuração de Patrimônio Líquido negativo indica que, na data-base das demonstrações contábeis, o total das obrigações registradas no passivo supera o montante dos bens e direitos evidenciados no ativo, circunstância que, no caso em análise, guarda relação direta com o elevado volume de passivos de longo prazo, especialmente aqueles vinculados às provisões atuariais do RPPS, reconhecidas contabilmente no grupo do Passivo Não Circulante.

Dessa forma, a posição patrimonial evidenciada no encerramento do exercício demonstra que a estrutura do patrimônio líquido permanece impactada pelos déficits acumulados ao longo dos exercícios e pelas obrigações de natureza previdenciária e atuarial registradas contabilmente, em conformidade com as normas aplicáveis ao setor público.

SEÇÃO 5 — DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS — DVP (ANEXO 15)

5.1 — Conceituação

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), prevista no art. 104 da Lei nº 4.320/1964 e regulamentada pelo MCASP (11ª ed.), evidencia as alterações verificadas no patrimônio público, resultantes ou independentes da execução orçamentária, além do resultado patrimonial do exercício. A DVP tem finalidade analítica, permitindo identificar as fontes de variação do patrimônio líquido, classificadas em Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

5.2 — Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS — EXERCÍCIO DE 2025	
Natureza	Valor (R\$)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	46.733.801,90
Impostos	43.011.641,76
Taxas	3.722.160,14

Contribuições (COSIP)	5.934.277,92
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	180.567,81
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.858.000,32
Juros e Encargos de Mora	925.157,92
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações	1.932.842,40
Transferências e Delegações Recebidas	129.914.531,01
Transferências Intragovernamentais	233.493,77
Transferências Intergovernamentais	128.244.037,24
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.437.000,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	118.177,90
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	440.265,74
TOTAL DAS VPA	186.179.622,60

5.3 — Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS — EXERCÍCIO DE 2025	
Natureza	Valor (R\$)
Pessoal e Encargos	50.979.440,15
Remuneração a Pessoal	37.098.193,96
Encargos Patronais	13.881.246,19
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	38.755.966,06
Uso de Material de Consumo	10.439.824,29
Serviços	25.691.904,50
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.624.237,27
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.161.644,68
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos	1.564.685,42
Outras VPD Financeiras	596.959,26
Transferências e Delegações Concedidas	82.044.512,42
Transferências Intragovernamentais	58.510.161,10
Transferências Intergovernamentais	21.605.325,31
Transferências a Instituições Privadas	1.384.197,81
Transferências a Consórcios Públicos	42.000,00
Execução Orçamentária Delegada	502.828,20
Desvalorização e Perda de Ativos/Incorporação de Passivos	19.709.396,52
Tributárias	3.343.965,25
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	47.826.786,51
TOTAL DAS VPD	244.821.711,59

5.4 — Resultado Patrimonial do Exercício

RESULTADO PATRIMONIAL — EXERCÍCIO DE 2025	
Componente	Valor (R\$)
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	186.179.622,60

Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	244.821.711,59
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT) = VPA – VPD	(58.642.088,99)

O resultado patrimonial de 2025 foi um déficit de R\$ 58.642.088,99, consistente com o valor registrado no Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial, confirmando a integridade das demonstrações contábeis. O déficit é preponderantemente determinado pelo reconhecimento de obrigações com o RPPS e pelas transferências financeiras concedidas, itens de natureza obrigatória para o município.

SEÇÃO 6 — DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE (ANEXO 17)

6.1 — Conceituação Legal

A dívida flutuante, nos termos do art. 92 da Lei nº 4.320/1964, compreende os compromissos exigíveis no curto prazo, decorrentes de: I — Restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; II — Serviços da dívida a pagar; III — Depósitos (consignações e cauções); IV — Débitos de tesouraria. Representa, portanto, o conjunto de obrigações de liquidez imediata do ente público, que compõem o Passivo Financeiro no Balanço Patrimonial.

6.2 — Restos a Pagar

O movimento dos Restos a Pagar no exercício de 2025 foi o seguinte:

RESTOS A PAGAR — MOVIMENTO EM 2025				
Modalidade / Exercício	Saldo Anterior (R\$)	Inscrição (R\$)	Baixas (R\$)	Saldo Seguinte (R\$)
RP PROCESSADOS				
Exercícios anteriores (2019–2024)	305.775,84	—	181.692,36	124.083,48
Exercício 2025 (inscrito no exercício)	—	5.473.645,92	0,00	5.473.645,92
Subtotal RP Processados	305.775,84	5.473.645,92	181.692,36	5.597.729,40
RP NÃO PROCESSADOS				
Exercícios anteriores (2019–2024)	573.239,81	—	573.239,81	0,00
Exercício 2025 (inscrito no exercício)	—	1.953.830,34	0,00	1.953.830,34
Subtotal RP Não Processados	573.239,81	1.953.830,34	573.239,81	1.953.830,34
TOTAL RESTOS A PAGAR	879.015,65	7.427.476,26	754.932,17	7.551.559,74

No exercício financeiro de 2025, os Restos a Pagar apresentaram saldo anterior de R\$ 879.015,65, novas inscrições no montante de R\$ 7.427.476,26, baixas de R\$ 754.932,17 e saldo final de R\$ 7.551.559,74. Do saldo remanescente ao encerramento do exercício, R\$ 5.597.729,40 correspondem a Restos a Pagar Processados e R\$ 1.953.830,34 a Restos a Pagar Não Processados.

No que se refere aos Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores, o valor de R\$ 573.239,81 foi integralmente baixado no exercício. Todavia, referido montante não corresponde exclusivamente a cancelamentos, uma vez que, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário, R\$ 217.616,30 foram liquidados e pagos no exercício de 2025, ao passo que R\$ 355.623,51 foram objeto de cancelamento, resultando em saldo final zerado nessa classificação para os exercícios anteriores.

Quanto aos Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores, verificou-se baixa de R\$ 181.692,36, composta por R\$ 63.514,46 de pagamentos e R\$ 118.177,90 de cancelamentos, remanescendo saldo de R\$ 124.083,48 ao final do exercício.

O cancelamento dos Restos a Pagar Processados e Não Processados no valor de R\$ 473.801,41 foi formalizado com fundamento no Decreto Municipal nº 0393/2025, por ato do Poder Executivo voltado ao encerramento do exercício e à depuração de obrigações sem lastro para sua manutenção, em observância aos princípios da fidedignidade dos registros contábeis, da prudência e do equilíbrio fiscal.

No próprio exercício de 2025, foram inscritos R\$ 5.473.645,92 em Restos a Pagar Processados e R\$ 1.953.830,34 em Restos a Pagar Não Processados, perfazendo o total de R\$ 7.427.476,26 de novas inscrições. Assim, o comportamento da dívida flutuante no período demonstra que as baixas registradas abrangeram tanto pagamentos quanto cancelamentos, razão pela qual a interpretação dos saldos deve observar a composição de cada modalidade de restos a pagar.

6.3 — Depósitos Restituíveis e Consignações

Os depósitos restituíveis e consignações registrados na dívida flutuante em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$ 374.348,84, correspondendo a valores retidos ou arrecadados pela entidade na condição de fiel depositária, cuja obrigação consiste em posterior repasse, restituição ou regularização em favor dos respectivos titulares ou entes credores.

A composição desse saldo evidencia, principalmente, obrigações decorrentes de retenções previdenciárias, tributárias, consignações em folha e demais valores de terceiros, conforme discriminado a seguir:

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS — SALDO EM 31/12/2025	
Conta	Saldo (R\$)
RPPS — Retenções sobre Vencimentos e Vantagens	34.295,54
Contribuição ao RGPS	102.935,14
IRRF — Imposto de Renda Retido na Fonte	26.653,17
ISS	8.869,22
Planos de Previdência e Assistência Médica	23.684,77
Retenções — Entidades Representativas de Classes	33.285,96
Retenções — Empréstimos e Financiamentos	90.175,83
Demais depósitos	54.449,21
TOTAL	374.348,84

SEÇÃO 7 — DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA — DFC (ANEXO 18)

7.1 — Conceituação

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), exigida pela NBC TSP 12 e pelo MCASP (11ª ed.), tem três objetivos principais: (a) evidenciar as fontes de geração de caixa e equivalentes de caixa do ente público; (b) demonstrar os itens de consumo de caixa, classificados por natureza de atividade (operacional, de investimento e de financiamento); e (c) apurar o saldo de caixa e equivalentes de caixa na data de encerramento das

demonstrações contábeis, proporcionando informação acerca da liquidez, solvência e flexibilidade financeira da entidade.

7.2 — Fluxos das Atividades Operacionais

FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS — EXERCÍCIO DE 2025	
Especificação	Valor (R\$)
INGRESSOS OPERACIONAIS	173.615.264,42
Receitas Derivadas e Originárias	49.239.940,28
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	40.742.633,95
Receita de Contribuições (COSIP)	5.934.277,92
Receita Patrimonial	178.371,58
Remuneração das Disponibilidades	1.932.842,40
Outras Receitas Derivadas e Originárias	452.814,43
Transferências Recebidas	106.638.711,93
Da União	56.301.735,32
De Estados e DF	50.336.976,61
Outros Ingressos Operacionais	17.736.612,21
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	153.687.225,64
Pessoal e Demais Despesas	72.828.908,72
Administração	37.001.926,02
Educação	27.102.597,68
Urbanismo	8.669.789,30
Demais funções	54.595,72
Transferências Concedidas	6.625.151,64
Outros Desembolsos Operacionais	74.233.165,28
FLUXO LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	19.928.038,78

7.3 — Fluxos das Atividades de Investimento

FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO — EXERCÍCIO DE 2025	
Especificação	Valor (R\$)
Ingressos de Investimento	0,00
Desembolsos — Aquisição de Ativo Não Circulante	7.274.211,26
FLUXO LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7.274.211,26)

As atividades de investimento resultaram em saída líquida de R\$ 7.274.211,26, correspondentes exclusivamente à aquisição de bens do Ativo Não Circulante (imobilizado), sem ingressos de alienação de bens ou recebimento de amortizações de empréstimos concedidos no exercício.

7.4 — Fluxos das Atividades de Financiamento

FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO — EXERCÍCIO DE 2025	
Especificação	Valor (R\$)
Ingressos de Financiamento (Operações de Crédito)	0,00
Desembolsos — Amortização/Refinanciamento da Dívida	10.059.836,48
FLUXO LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(10.059.836,48)

Não houve ingresso de novas operações de crédito no exercício de 2025. Os desembolsos referem-se à amortização de dívida contratual, corroborando o movimento registrado no Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16).

7.5 — Variação Líquida de Caixa

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO — 2025	
Componente	Valor (R\$)
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (01/01/2025)	7.643.305,01
Fluxo Líquido — Atividades Operacionais	19.928.038,78
Fluxo Líquido — Atividades de Investimento	(7.274.211,26)
Fluxo Líquido — Atividades de Financiamento	(10.059.836,48)
(+) Geração Líquida de Caixa no Período (I+II+III)	2.593.991,04
Caixa e Equivalente de Caixa Final (31/12/2025)	10.237.296,05

O saldo final de Caixa e Equivalentes de Caixa em 31/12/2025, de R\$ 10.237.296,05, é consistente com os valores registrados no Balanço Financeiro (Saldo para o Exercício Seguinte) e no Balanço Patrimonial (Ativo Circulante — Caixa e Equivalentes de Caixa), confirmando a integridade e a consistência das demonstrações contábeis do município.

SEÇÃO 8 — ANÁLISE DOS DECRETOS DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 — Fundamentação Jurídica e Base Legal

Os créditos adicionais são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária, nos termos do art. 40 da Lei nº 4.320/1964. O art. 41 da mesma lei os classifica em: I — Suplementares, destinados ao reforço de dotação orçamentária existente; II — Especiais, destinados a despesas sem dotação orçamentária específica; e III — Extraordinários, destinados a despesas urgentes e imprevisíveis.

A abertura de créditos suplementares e especiais depende de prévia autorização legislativa e indicação de recursos (art. 42), que podem ser oriundos de: superávit financeiro do exercício anterior (art. 43, §1º, I); excesso de arrecadação (art. 43, §1º, II); anulação parcial ou total de dotações (art. 43, §1º, III); ou operações de crédito autorizadas em lei (art. 43, §1º, IV). A Constituição Federal, em seu art. 167, incisos V e VI, veda a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa.

A Lei Orçamentária Anual nº 2.010, de 20/12/2024, autorizou no art. 7º a abertura de créditos suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) das despesas autorizadas, correspondente a R\$ 55.069.214,18 (25% de R\$ 220.276.856,70). O art. 8º estabeleceu que, fora desse limite, poderiam ser abertos créditos adicionais para pessoal,

transferências intergovernamentais, amortização de dívida, precatórios, superávit financeiro, excesso de arrecadação e remanejamentos.

8.2 — Resumo Geral dos Créditos Adicionais

Conforme apurado no Resumo do Exercício, os créditos adicionais exarados no exercício de 2025 totalizaram, em termos líquidos, R\$ 33.499.884,56, distribuídos pelas seguintes fontes:

RESUMO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS — EXERCÍCIO DE 2025			
Tipo de Crédito / Fonte	Acréscimo Bruto (R\$)	Redução (R\$)	Valor Líquido (R\$)
SUPLEMENTAR — por Anulação de Dotação	21.409.818,69	(21.886.251,59)	(476.432,90)
SUPLEMENTAR — por Excesso de Arrecadação	29.284.653,06	0,00	29.284.653,06
SUPLEMENTAR — por Superávit Financeiro	4.671.664,40	0,00	4.671.664,40
ESPECIAL — por Anulação de Dotação	20.000,00	(23.000,00)	(3.000,00) ¹
TOTAL GERAL LÍQUIDO	55.386.136,15	(21.909.251,59)	33.499.884,56

¹ O crédito especial refere-se ao Decreto nº 453/2025, com saldo de abertura líquido negativo decorrente de anulação de dotação sem acréscimo correspondente, operação de remanejamento que não gerou impacto na dotação total consolidada.

8.3 — Quadro Sinóptico dos Decretos Exarados no Exercício

A tabela abaixo apresenta todos os 76 decretos de alteração orçamentária exarados no exercício de 2025, com os respectivos acréscimos, reduções e valores líquidos de cada um, com base no Relatório de Listagem das Alterações de Dotação.

Nº DECRETO	DATA	TIPO	ACRÉSCIMO (R\$)	REDUÇÃO (R\$)	LÍQUIDO (R\$)	FONTE PRINCIPAL
Decreto nº 1/2025	02/01/2025	Suplementar	345.000,00	345.000,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 2/2025	02/01/2025	Suplementar	126.000,00	126.000,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 3/2025	03/02/2025	Suplementar	95.900,00	95.900,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 4/2025	03/02/2025	Suplementar	92.023,00	92.023,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 5/2025	17/02/2025	Suplementar	455.534,90	0,00	455.534,90	Superávit Financeiro
Decreto nº 7/2025	07/03/2025	Suplementar	830.000,00	795.000,00	35.000,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 8/2025	05/03/2025	Suplementar	177.000,00	0,00	177.000,00	Superávit Financeiro
Decreto nº 10/2025	05/03/2025	Suplementar	57.700,00	24.700,00	33.000,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 12/2025	05/03/2025	Suplementar	1.200,00	0,00	1.200,00	Excesso de Arrecadação
Decreto nº 13/2025	01/04/2025	Suplementar	620.500,00	620.500,00	0,00	Anulação de Dotação

PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM — MATO GROSSO DO SUL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS — EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025

Decreto nº 1525/2025	01/04/2025	Suplementar	70.400,00	0,00	70.400,00	Excesso de Arrecadação
Decreto nº 1825/2025	01/04/2025	Suplementar	1.000,00	0,00	1.000,00	Excesso de Arrecadação
Decreto nº 400/2025	01/04/2025	Suplementar	1.245.402,22	1.005.223,00	240.179,22	Superávit Financeiro / Excesso / Anulação
Decreto nº 401/2025	01/04/2025	Suplementar	97.949,00	42.000,00	55.949,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 403/2025	01/04/2025	Suplementar	45.060,00	15.000,00	30.060,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 501/2025	05/05/2025	Suplementar	74.608,78	74.608,78	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 503/2025	05/05/2025	Suplementar	672.480,00	270.000,00	402.480,00	Excesso / Superávit / Anulação
Decreto nº 504/2025	05/05/2025	Suplementar	170.000,00	125.000,00	45.000,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 505/2025	05/05/2025	Suplementar	362.898,00	357.601,00	5.297,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 506/2025	05/05/2025	Suplementar	418.320,00	408.000,00	10.320,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 507/2025	05/05/2025	Suplementar	190.000,00	190.000,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 508/2025	05/05/2025	Suplementar	20.500,00	0,00	20.500,00	Excesso de Arrecadação
Decreto nº 601/2025	02/06/2025	Suplementar	995.740,00	550.000,00	445.740,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 602/2025	02/06/2025	Suplementar	4.495.628,65	707.500,00	3.788.128,65	Excesso / Superávit / Anulação
Decreto nº 700/2025	01/07/2025	Suplementar	1.000,00	27.000,00	-26.000,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 701/2025	01/07/2025	Suplementar	653.832,00	363.590,00	290.242,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 702/2025	01/07/2025	Suplementar	300.500,00	222.000,00	78.500,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 703/2025	01/07/2025	Suplementar	4.615.000,00	0,00	4.615.000,00	Excesso de Arrecadação
Decreto nº 704/2025	21/07/2025	Suplementar	433.048,00	433.048,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 705/2025	23/07/2025	Suplementar	145.906,00	0,00	145.906,00	Excesso de Arrecadação
Decreto nº 706/2025	25/07/2025	Suplementar	8.776,00	8.776,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 709/2025	30/07/2025	Suplementar	584.000,00	584.000,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 800/2025	06/08/2025	Suplementar	2.614.500,00	5.300,00	2.609.200,00	Excesso de Arrecadação / Anulação

PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM — MATO GROSSO DO SUL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS — EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025

Decreto nº 802/2025	11/08/2025	Suplementar	1.056.848,00	542.000,00	514.848,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 804/2025	18/08/2025	Suplementar	670.575,00	497.000,00	173.575,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 805/2025	21/08/2025	Suplementar	175.000,00	175.000,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 806/2025	26/08/2025	Suplementar	715.000,00	715.000,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 807/2025	28/08/2025	Suplementar	473.282,00	473.282,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 809/2025	29/08/2025	Suplementar	3.359.133,00	2.207.954,60	1.151.178,40	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 900/2025	01/09/2025	Suplementar	42.000,00	42.000,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 901/2025	09/09/2025	Suplementar	996.000,00	96.000,00	900.000,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 902/2025	11/09/2025	Suplementar	1.213.000,00	250.000,00	963.000,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 904/2025	16/09/2025	Suplementar	1.810.000,00	133.000,00	1.677.000,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 906/2025	18/09/2025	Suplementar	1.788.700,00	148.000,00	1.640.700,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 908/2025	23/09/2025	Suplementar	11.100,00	11.100,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 909/2025	23/09/2025	Suplementar	39.000,00	39.000,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 910/2025	25/09/2025	Suplementar	1.940.000,00	100.000,00	1.840.000,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 911/2025	30/09/2025	Suplementar	1.005.316,55	122.300,00	883.016,55	Superávit Financeiro / Anulação
Decreto nº 912/2025	02/10/2025	Suplementar	588.300,00	230.300,00	358.000,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 913/2025	08/10/2025	Suplementar	192.000,00	75.000,00	117.000,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 914/2025	14/10/2025	Suplementar	930.000,00	140.000,00	790.000,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 917/2025	21/10/2025	Suplementar	637.307,06	183.000,00	454.307,06	Excesso / Superávit / Anulação
Decreto nº 389/2025	23/10/2025	Suplementar	438.885,51	382.795,91	56.089,60	Superávit Financeiro / Anulação
Decreto nº 395/2025	27/10/2025	Suplementar	234.014,03	72.700,00	161.314,03	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 407/2025	03/11/2025	Suplementar	2.729.000,00	12.000,00	2.717.000,00	Excesso de Arrecadação / Anulação

PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM — MATO GROSSO DO SUL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS — EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025

Decreto nº 411/2025	06/11/2025	Suplementar	31.100,00	31.100,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 417/2025	10/11/2025	Suplementar	118.000,00	118.000,00	0,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 422/2025	14/11/2025	Suplementar	147.100,00	105.100,00	42.000,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 427/2025	17/11/2025	Suplementar	669.537,11	67.590,13	601.946,98	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 429/2025	18/11/2025	Suplementar	20.198,00	16.000,00	4.198,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 451/2025	24/11/2025	Suplementar	139.824,37	123.251,00	16.573,37	Superávit Financeiro / Anulação
Decreto nº 453/2025	25/11/2025	Especial	0,00	150.000,00	-150.000,00	Anulação de Dotação
Decreto nº 456/2025	26/11/2025	Suplementar	971.719,00	756.049,00	215.669,00	Superávit Financeiro / Anulação
Decreto nº 462/2025	27/11/2025	Suplementar	408.554,92	555.406,36	-146.851,44	Excesso / Superávit / Anulação
Decreto nº 465/2025	01/12/2025	Suplementar	1.576.393,12	604.000,00	972.393,12	Excesso / Superávit / Anulação
Decreto nº 467/2025	02/12/2025	Suplementar	279.238,90	255.830,97	23.407,93	Anulação de Dotação
Decreto nº 470/2025	03/12/2025	Suplementar	1.717.761,10	417.761,10	1.300.000,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 472/2025	04/12/2025	Suplementar	765.000,00	1.994.060,06	-1.229.060,06	Anulação de Dotação
Decreto nº 473/2025	05/12/2025	Suplementar	29.000,00	22.300,00	6.700,00	Superávit Financeiro / Anulação
Decreto nº 475/2025	09/12/2025	Suplementar	92.523,00	87.823,00	4.700,00	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 480/2025	11/12/2025	Suplementar	2.783.050,09	740.101,45	2.042.948,64	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 482/2025	16/12/2025	Suplementar	994.310,68	1.000,00	993.310,68	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 485/2025	17/12/2025	Suplementar	10,50	0,00	10,50	Anulação de Dotação
Decreto nº 492/2025	18/12/2025	Suplementar	389.500,00	358.160,10	31.339,90	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 497/2025	22/12/2025	Suplementar	250.316,00	212.987,41	37.328,59	Anulação de Dotação
Decreto nº 498/2025	23/12/2025	Suplementar	254.700,00	183.700,00	71.000,00	Superávit Financeiro / Anulação
Decreto nº 499/2025	29/12/2025	Suplementar	735.692,94	90,00	735.602,94	Excesso de Arrecadação / Anulação
Decreto nº 517/2025	31/12/2025	Suplementar	973.738,72	973.738,72	0,00	Anulação de Dotação
TOTAL GERAL			55.386.136,15	21.909.251,59	33.499.884,56	

SEÇÃO 9 — VERIFICAÇÕES DE CONSISTÊNCIA ENTRE OS DEMONSTRATIVOS

QUADRO DE CONSISTÊNCIA ENTRE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS				
Verificação	Origem	Destino	Valor (R\$)	Status
Saldo de Caixa Final	Anexo 13	Anexo 14 (BP)	10.237.296,05	✓ CONSISTENTE
Saldo de Caixa Final	Anexo 14 (BP)	Anexo 18 (DFC)	10.237.296,05	✓ CONSISTENTE
Resultado Patrimonial	Anexo 14 (PL)	Anexo 15 (DVP)	(58.642.088,99)	✓ CONSISTENTE
Total RP Inscritos	Anexo 17	Anexo 13 (BF)	7.427.476,26	✓ CONSISTENTE
Receita Orçamentária Realizada	Anexo 12 (BO)	Anexo 13 (BF)	155.878.652,21	✓ CONSISTENTE
Saldo Caixa Inicial (DFC)	Anexo 18	Anexo 13 (BF)	7.643.305,01	✓ CONSISTENTE
Dotação Atualizada (LOA + Decretos)	Seção 8.4	Anexo 12	109.912.787,14	✓ CONSISTENTE
Superávit Financeiro utilizado como fonte	Seção 8.8	Anexo 12 (BO)	4.671.664,40	✓ CONSISTENTE

As verificações de consistência entre os demonstrativos contábeis apresentaram conformidade em todos os pontos verificados, atestando a integridade e fidedignidade das informações prestadas nas demonstrações contábeis do exercício de 2025 da Prefeitura Municipal de Coxim.

ENCERRAMENTO

As presentes Notas Explicativas foram elaboradas em conformidade com a Resolução TCE/MS nº 273/2025, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público — MCASP (11ª edição), a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000, refletindo com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial da entidade no exercício de 2025.

Coxim — MS, 31 de dezembro de 2025.